RELATÓRIO EXECUTIVO SANEAMENTO

GO associados

2 de janeiro de 2019

NEGÓCIOS

Temer volta a editar MP do saneamento

No último dia 27/12/2018 o então presidente Michel Temer editou a Medida Provisória 868/2018, que atualiza o marco legal do saneamento básico. A medida tem conteúdo semelhante à MP 844/2018, que foi extinta sem ser apreciada pelo Congresso em novembro. **(Pág. 2).**

Agência Nacional das Águas passará para Ministério do Desenvolvimetno Regional e saneamento ficará mais integrado no próximo governo

No último dia 01/01/2018 foi editado Decreto 9.660/2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. A medida confirmou a transferência da Agência Nacional das Águas (ANA) para o novo Ministério do Desenvolvimento Regional, que reunirá atribuições dos antigos ministérios das Cidades e da Integração Nacional. **(Pág. 2).**

Subsídio na tarifa de energia para saneamento acabará em cinco anos

No último dia 28/12/2018 o então presidente Michel Temer publicou o Decreto 9.642, que determina a extinção gradual de subsídios nas tarifas energéticas por meio do fundo setorial da Conta do Desenvolvimento Energético (CDE), incluindo os subsídios para saneamento. A partir do ano de 2019, o subsídio será reduzido em 20% ao ano, até ser extinto em 2023. **(Pág. 2).**

Meirelles confirma intenção de seguir com capitalização da Sabesp

No discurso de posse no último 02/01/2019 o Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Henrique Meirelles, afirmou que o governo paulista estuda alternativas para a atuação da companhia estadual Sabesp.

Uma alternativa mencionada por Meirelles é a capitalização da empresa por meio da criação de uma holding. Desta forma, o governo estadual manteria o controle da empresa, mesmo possuindo pouco mais de um quarto do capital da Sabesp.

Roberto Tavares permanece na presidência da Compesa

O governador do Pernambuco, Paulo Câmara (PSB/PE), confirmou a manutenção do atual presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), Roberto Cavalcanti Tavares, à frente da companhia. Tavares é administrador de empresas, formado pela FCAP/UPE e mestre em Administração de Empresas pela Universidade Autônoma de Madri/Espanha. **(Pág. 3).**

Sanepar assina cinco contratos de programa

A companhia estadual paranaense Sanepar assinou no último dia 28/12/2018 a renovação por trinta anos dos contratos de programa com cinco municípios do estado: Arapoti, Cianorte, Floresta, Santa Amélia e Santa Tereza do Oeste. **(Pág. 3).**

Apenas um quinto dos brasileiros de baixa renda paga tarifa social na conta de água e esgoto

A ABAR publicou no último dia 26/12/2018 o estudo "Tarifa Social Nas Companhias Estaduais De Saneamento Básico e o Papel da Regulação". O estudo analisa o acesso da população de baixa renda a subsídios tarifários nos serviços de saneamento básico.

A principal conclusão foi de que 80% das famílias consideradas de baixa renda, definida como as cadastrados no CadÚnico do Governo Federal e com renda per capita familiar até 0,5 salário mínimo, não têm acesso à tarifa social. **(Pág. 3).**

Agenda Bianual da Água **(Pág. 5)**

Links de interesse **(Pág. 6)**

TEMER VOLTA A EDITAR MP DO SANEAMENTO

- No último dia 27/12/2018, o então presidente Michel Temer editou a Medida Provisória 868/2018, que atualiza o marco legal do saneamento básico. A medida tem conteúdo semelhante à MP 844/2018, que foi extinta sem ser apreciada pelo Congresso em novembro.
- A medida manteve a estrutura e principais dispositivos que já constavam na MP 844, entre eles:
    - Atribuição à Agência Nacional das Águas (ANA) para edição de normas de referência nacionais para a regulação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico, incluindo padrões de qualidade, regulação tarifária e universalização dos serviços (Art. 4º-C);
    - Condicionamento do cumprimento das normas de referência nacionais para acesso a recursos públicos federais para o investimento em saneamento (Art. 4º-D);
    - Obrigatoriedade da publicação de edital de chamamento público pelos municípios antes da assinatura de contrato de programa com companhia estadual (Art. 10-C);
    - Obrigatoriedade de inclusão nos contratos de programa das cláusulas previstas nos contratos de concessão, entre elas as metas para universalização dos serviços e redução de perdas (Art. 10-D);
    - Manutenção da validade dos contratos de programa na hipótese da alienação do controle das companhias estaduais de saneamento (Art. 8-D).
- A nova medida tem validade de 60 dias, prorrogáveis por mais 60. Uma comissão mista será formada para a apreciação da medida no Congresso e, após edição de relatório pela comissão especial, a medida será votada na Câmara e no Senado. Como o mandato dos novos deputados e senadores terá início em 1º de fevereiro de 2019, na prática, o novo Congresso terá um pouco menos de três meses para apreciar e votar a MP 868/2018.

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS PASSARÁ PARA DESENVOLVIMETNO REGIONAL E SANEAMENTO ESTARÁ MAIS INTEGRADO NO PRÓXIMO GOVERNO

- No último dia 01/01/2018 foi editado Decreto 9.660/2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. A medida confirmou a transferência da Agência Nacional das Águas (ANA) para o novo Ministério do Desenvolvimento Regional, que reunirá atribuições dos antigos ministérios das Cidades e da Integração Nacional.
- Ficarão vinculadas ao ministério, pelo decreto:
    - Agência Nacional de Águas – ANA;
    - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf;
    - Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU;
    - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – Dnocs;
    - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – Trensurb;
    - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM;
    - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE; e
    - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO;

SUBSÍDIO NA TARIFA DE ENERGIA PARA EMPRESAS DE SANEAMENTO ACABARÁ EM CINCO ANOS

- No último dia 28/12/2018 o então presidente Michel Temer publicou o Decreto 9.642, que determina a extinção gradual de subsídios nas tarifas energéticas por meio do fundo setorial da Conta do Desenvolvimento Energético (CDE). A partir do ano de 2019, o subsídio será reduzido em 20% ao ano, até ser extinto em 2023.
- Dentre os subsídios que serão extintos, está o desconto de 15% sobre as tarifas de fio e de energia dos prestadores de serviço público de água, esgoto e saneamento.
- Como este é um ato unilateral do Poder Público, é possível que esta alteração tenha impacto em processos de reequilíbrio econômico-financeiro e revisões tarifárias para as concessionárias prestadoras de serviços de água e esgoto.

SANEATINS ASSINA FINANCIAMENTO DE R$ 900 MILHÕES

- O conselho de administração da Companhia de Saneamento do Tocantins (Saneatins) aprovou no último dia 27/12/2018 a contratação de um empréstimo de R$ 900 milhões com o BTG Pactual. A operação contará com a participação da Caixa Econômica Federal como agente operador.
- Pelo acordo, incidirá sobre o saldo devedor uma taxa de juros equivalente à taxa de referência (TR), mais 9% ao ano. O prazo de amortização é de 20 anos. Os recursos serão aplicados em obras de abastecimento de água e tratamento de esgoto.

MEIRELLES CONFIRMA INTENÇÃO DE SEGUIR COM CAPITALIZAÇÃO DA SABESP

- No discurso de posse no último 02/01/2019 o Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Henrique Meirelles, afirmou que o governo paulista estuda alternativas para a atuação da companhia estadual Sabesp.
- Em entrevista após a posse, Meirelles afirmou que a decisão depende, em parte, da apreciação do Congresso Nacional acerca da MP 868/2018, que atualiza o marco regulatório do saneamento básico, e tem entre seus dispositivos a possibilidade de manutenção dos contratos de programa entre companhias e municípios, mesmo após a venda do controle acionário.
- Uma alternativa à privatização mencionada por Meirelles, que já vem sendo estudada pelo governo paulista desde a gestão Geraldo Alckmin, é a capitalização da empresa por meio da criação de uma holding. Desta forma, o governo estadual manteria o controle da empresa, mesmo possuindo pouco mais de um quarto do capital da Sabesp. A alternativa da capitalização parece, neste momento, muito mais provável do que eventual privatização da Sabesp

ROBERTO TAVARES PERMANECE NA PRESIDÊNCIA DA COMPESA

- O governador do Pernambuco, Paulo Câmara (PSB/PE), confirmou a manutenção do atual presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), Roberto Cavalcanti Tavares, à frente da companhia. Tavares é administrador de empresas, formado pela FCAP/UPE e mestre em Administração de Empresas pela Universidade Autônoma de Madri/Espanha.
- Tavares preside a Compesa desde 2011, onde ocupou anteriormente os cargos de Diretor de Gestão Corporativa e Diretor de Operações.

SANEPAR ASSINA CINCO CONTRATOS DE PROGRAMA

- A companhia estadual paranaense Sanepar assinou no último dia 28/12/2018 a renovação por trinta anos dos contratos de programa com cinco municípios do estado: Arapoti, Cianorte, Floresta, Santa Amélia e Santa Tereza do Oeste.

Quadro 1 – Municípios renovados com Sanepar

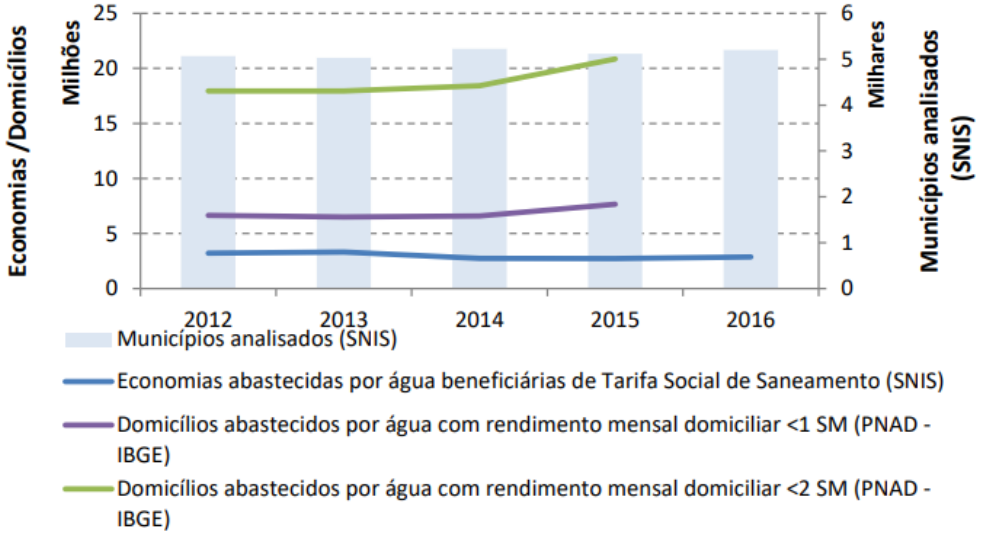
Município	População	Atendimento de água	Perdas na distribuição	Coleta de esgoto	Tratamento do esgoto
Arapoti	23.356	100%	7%	74%	67%
Cianorte	69.934	100%	5%	72%	66%
Floresta	6.027	100%	12%	0%	0%
Santa Amélia	2.765	100%	23%	0%	0%
Santa Tereza do Oeste	8.157	100%	0%	0%	0%

Fonte: SNIS (2016)

APENAS UM QUINTO DOS BRASILEIROS DE BAIXA RENDA PAGA TARIFA SOCIAL

- A Associação Brasileira das Agências Reguladoras (ABAR) publicou no último dia 26/12/2018 o estudo "Tarifa Social Nas Companhias Estaduais De Saneamento Básico e o Papel da Regulação". O estudo analisa o acesso da população de baixa renda a subsídios tarifários nos serviços de saneamento básico.
- O estudo analisou a aplicação das tarifas sociais, tarifas subsidiadas com o objetivo de garantir o acesso a água e saneamento às populações de baixa renda. A principal conclusão foi de que 80% das famílias consideradas de baixa renda, definida como as cadastrados no CadÚnico do Governo Federal e com renda per capita familiar até 0,5 salário mínimo, não têm acesso a tarifa social.

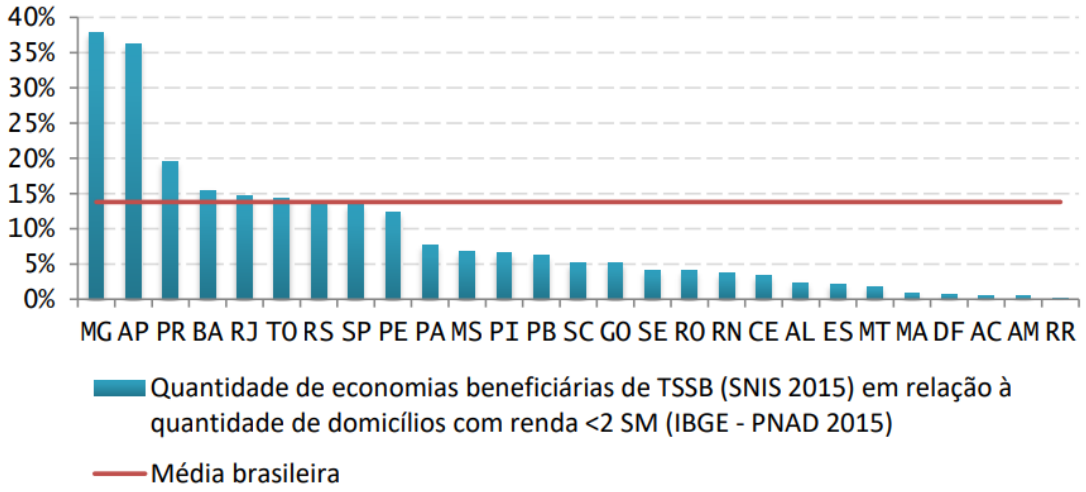
Quadro 2 – Economias beneficiárias de Tarifa Social e domicílios de baixa renda abastecidos por água



Fonte: ABAR, 2018 com base em SNIS e IBGE

- A baixa penetração das tarifas sociais compromete o acesso aos serviços de saneamento, prejudicando não só as famílias de baixa renda diretamente afetadas, mas também a população no geral, por meio do aumento da inadimplência dos serviços e incentivo a não ligação às redes públicas de água e esgoto.
- Existe grande desigualdade regional no acesso à tarifa social: enquanto em Minas Gerais e no Amapá mais de 35% das famílias com renda inferior a dois salários mínimos paga tarifa social, em 16 estados essa penetração é inferior a 10%.

Quadro 3 – Relação percentual entre economias beneficiárias de TSSB (SNIS 2015) e quantidade de domicílios com renda inferior a 2 salários mínimos (IBGE – PNAD 2015)



Fonte: ABAR, 2018 com base em SNIS, 2017 e IBGE, 2018

CAMPINAS E VALINHOS (SP) ASSINAM TAC PARA MELHORA DO TRATAMENTO DE ÁGUA

- As prefeituras de Campinas e Valinhos, no estado de São Paulo, assinaram no último dia 23/12/2018 um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público do Estado, se comprometendo com a ampliação e modernização da estação de tratamento de esgoto Capuava.

- De acordo com o TAC, serão investidos R$ 100 milhões para que a qualidade da água tratada esteja em linha com estações de reúso, podendo ser descartada no Ribeirão Pinheiros sem prejudicar a qualidade do corpo hídrico.

APENAS UM QUARTO DAS PRAIAS PAULISTAS TEM CONDIÇÃO DE BANHO

- A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) publicou no último dia 19/12/2018 relatório da balneabilidade das praias do estado. O relatório apontou que apenas 25% das praias paulistas apresentou condições consideradas boas ou ótimas. No ano de 2017, esse índice foi de 46%.
- A análise de balneabilidade é feita com base na quantidade de bactérias e indicadores de poluição fecal.

Quadro 4 – Praias impróprias para banho

Fonte: O Estado de São Paulo, CETESB

AGENDA BIANUAL DA ÁGUA

Eventos Futuros

2019	18 de Jan	Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água	São Paulo - SP

LINKS DE INTERESSE

- https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/12/26/so-20-de-pobres-com-acesso-a-saneamento-basico-pagam-tarifa-subsidiada-diz-pesquisa.ghtml
- https://www.acidadeon.com/campinas/cotidiano/regiao/NOT,0,0,1394448,campinas+e+valinhos+firmam+parceria+inedita+no+saneamento.aspx
- http://diariodocomercio.com.br/sitenovo/embrapa-estuda-uso-de-residuos-em-cultivo-no-pais/
- https://www.valor.com.br/politica/6038333/para-salles-licenca-para-hidreletrica-tem-que-sair-em-ate-um-ano
- https://painel.blogfolha.uol.com.br/2018/12/26/funasa-sera-transferida-da-pasta-da-saude-para-desenvolvimento-regional/
- https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,apenas-uma-em-cada-quatro-praias-paulistas-tem-boa-condicao-para-banho,70002657786
- https://www.valor.com.br/empresas/6041415/saneatins-contratara-emprestimo-de-r-900-milhoes-com-btg-pactual
- https://www.valor.com.br/empresas/6041611/decreto-de-temer-preve-reducao-gradual-de-subsidios-da-conta-de-luz

PARCERIAS E CONCESSÕES EM SANEAMENTO

Modalidade	UF	Estado / Município	Objeto	Status	Acompanhamento
Concessão Comum	SP	Ubatuba	Água e esgoto	4. Suspenso	Fevereiro/2017 - Suspenso
Concessão Comum	SP	Mirandópolis	Água e esgoto	4. Suspenso	Fevereiro/2017 - Suspenso
Concessão Comum	RS	Erechim	Água e esgoto	4. Suspenso	Janeiro/2018 – Suspenso em 12/01/2018
Concessão Comum	SP	Artur Nogueira	Água e esgoto	4. Suspenso	Novembro/2018 – Suspenso por decisão do Tribunal de Contas do Estado
PPP	ES	Cariacica (Cesan)	Esgoto	2. Consulta pública	Dezembro/2018 – Audiência pública marcada para 04/12
PPP	RS	RM Porto Alegre (Corsan)	Esgoto	2. Consulta pública	Novembro/2018 – Municípios estão em processo de prorrogar contrato com Corsan para permitir a PPP.
PPP	MS	Sanesul MS	Esgoto	PPP	Junho/2017 - Aegea teve estudo selecionado para contribuir com a PMI.
Concessão Comum	SP	Junqueirópolis	Águas e esgoto	1. Estudos	Dezembro/2018 – Câmara dos vereadores aprovou lei autorizando a concessão
Concessão Comum	PE	Petrolina	Águas e esgoto	1. Estudos	Fevereiro/2018 – 3 empresas cadastradas na PMI
PPP	ES	Guarapari e Fundão	Esgoto	1. Estudos	Março/2017 – EBP realizou estudos para PPP nas cidades do ES
A definir	SC	Itaiópolis	Água e esgoto	1. Estudos	Setembro/2017 – Aviso de PMI para estudos de concessão de serviços de água e esgoto. Propostas devem ser entregues até 27/10/2016.
BNDES	RJ	Cedae – RJ	A Definir	1. Estudos	Companhias contratadas pelo BNDES realizam estudos para a modelagem da atuação privada junto às companhias estaduais de saneamento. .
BNDES	AP	Caesa – AM	A Definir	1. Estudos	
BNDES	CE	Cagece – CE	A Definir	1. Estudos	
BNDES	AL	Casal – AL	A Definir	1. Estudos	
BNDES	PA	Cosanpa – PA	A Definir	1. Estudos	
BNDES	PE	Compesa – PE	A Definir	1. Estudos	
BNDES	SE	Deso – SE	A Definir	1. Estudos	
BNDES	AC	Depasa – AC	A Definir	1. Estudos	

A GO Associados adota as melhores práticas e conceitos provenientes de diferentes áreas do conhecimento para propor soluções e parcerias para instituições público e privadas, mediante abordagem multidisciplinar.

Com periodicidade semanal, o Relatório Executivo traz notícias exclusivas e relevantes do setor, além dos principais indicadores e uma agenda bianual com os eventos mais importantes.

EXPERIÊNCIA E EXCELÊNCIA NA ÁREA DE SANEAMENTO

Conselho Editorial

Gesner Oliveira
Ex-presidente da Sabesp
Economista

Fernando Marcato
Ex-Secretário Executivo de Novos Negócios da Sabesp. Advogado

Marcio Saba Abud
Ex-diretor da Sabesp
Economista

Carlos Alberto Rosito
Vice-presidente da ABES
Engenheiro Civil

Editores

Pedro Scazufca
Ex-assessor da Presidência da Sabesp
Economista

Mauro Arbex
Editor do Relatório Executivo
Jornalista e Sócio da Letras & Fatos

Artur Ferreira
Associado, especializado em Saneamento e soluções ambientais.
Administrador de Empresas